

Credor vê recessão curta mas inevitável

Helival Rios

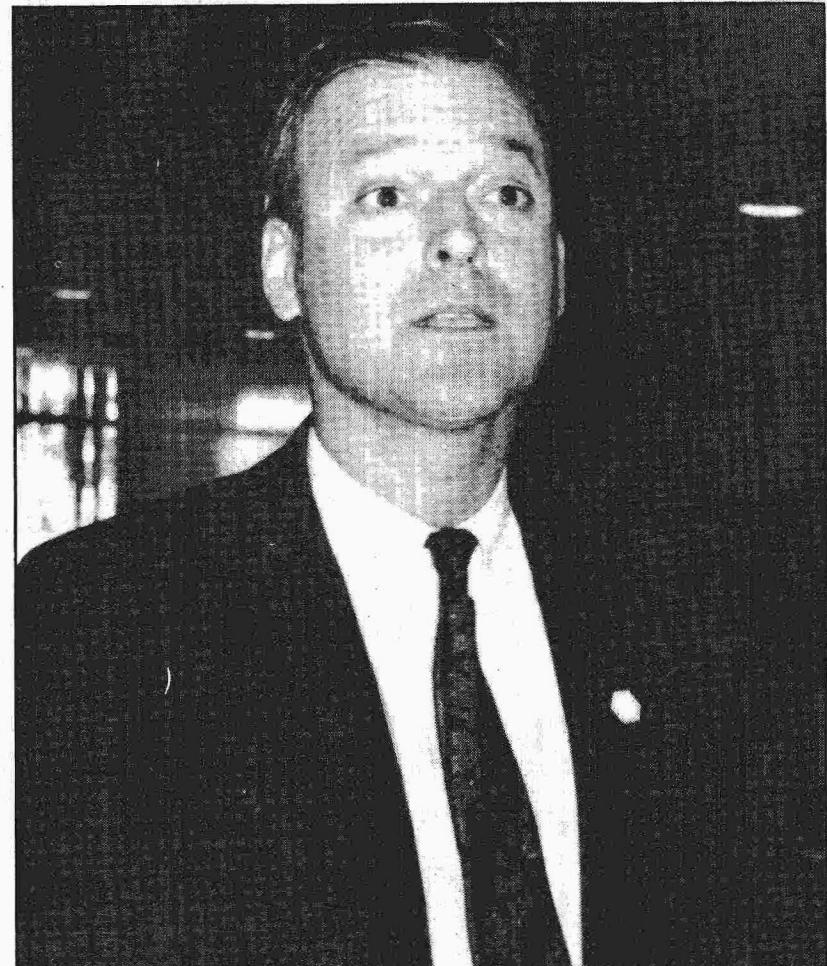
A recessão brasileira é inevitável, porém deverá durar pouco. E o que esperam os presidentes do Citibank, maior credor privado do Brasil no exterior, John Reed, e do Grupo Gerdau, maior complexo siderúrgico privado do País, Jorge Gerdau Johannpeter, da política antiinflacionária do Plano Collor, agora reforçada com novos cortes de despesas anunciados pela equipe econômica do governo na execução do Orçamento Geral da União deste ano. Já o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, espera crescimento zero, enquanto o secretário-executivo do ministério, Eduardo Teixeira, afirma acreditar na vitalidade da economia brasileira. Por seu turno, políticos criticam o que consideram uma política recessiva.

O empresário Jorge Gerdau Johannpeter disse ao Jornal de Brasília que a recessão é uma previsão para se controlar o processo inflacionário e que somente depois que se puser ordem na casa é que se pode falar em retomar o crescimento econômico. Para ele, contudo, isto será feito "muito mais rapidamente do que podemos imaginar". O deputado e economista José Serra (PSDB-SP) é menos otimista: "Se tudo der o mais certo possível, não se volta a crescer antes de dois anos", vaticina, para acrescentar: "Qualquer outra previsão, a meu ver, é muito arriscada".

O deputado acha que o governo errou ao definir cortes nos investimentos das empresas estatais, da ordem de 39%, o equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) ou cerca de US\$ 7 bilhões. Segundo José Serra, o governo deveria ter cortado fundo no custeio, nunca no investimento, para não agravar a recessão e, consequentemente, o desemprego.

Para o senador Mário Covas, também do PSDB de São Paulo e candidato ao governo daquele Estado, quem ainda tiver dúvidas sobre se o País está numa recessão, basta olhar para os mais de 160 mil desempregados da indústria paulista. Segundo ele, a quanto irá essa recessão é algo ainda difícil de prever.

Covas acha que o atual governo está perdido, pois implodiu todas as estruturas do País e não sabe, rigorosamente, o que construir em seu lugar. Para ele, um país como o Brasil, com um grande parque industrial, dono de uma das maiores áreas agricultáveis do mundo e riquíssimo em matérias-primas essenciais, jamais poderia optar por



Para Reed, apoio internacional fará economia crescer já em 91

uma política recessiva como a que está sendo colocada em prática.

RECESSÃO PROFUNDA

Se o governo conseguir, de fato, transformar o déficit público operacional de 1989 de 7,29% do PIB num superávit de 1,22%, obtendo, portanto, um ganho efetivo entre cortes de despesas e aumento de receitas, de 8,51% do PIB, a recessão será profunda, sem dúvida nenhuma. É isso porque o governo, que ainda desenvolve o papel mais importante na alavancagem do desenvolvimento econômico, estará cortando importantes demandas e, o que é pior, cortando fundo nos investimentos.

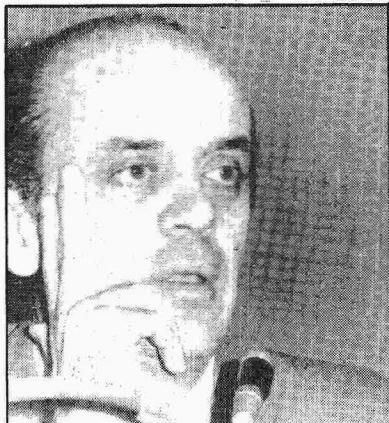
Essa relação entre corte nos investimentos, Kandir assinala que eles serão, de certo modo, recompensados pela iniciativa privada. Essa recomposição — anuncia — ficará mais clara neste segundo semestre, quando o programa de privatização tiver avançado mais, juntamente com o acordo da dívida externa, a nova política industrial e de comércio exterior. Kandir disse que é um erro imaginar-se que o País vai mergulhar numa profunda depressão. Isso não vai acontecer — ele assegura.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Antônio Kandir, contudo, reage a essa evidência, ressaltando que a relação, embora verdadeira, entre gastos públicos e crescimento econômico, perde força a partir do momento

em que se desagregam os gastos. Explica Kandir que o ganho de 8,51% obtido pelo governo vem também de setores que influenciam pouco no crescimento econômico.

É o caso, por exemplo, da economia feita pelo governo com os juros da dívida pública interna, equivalente a 3,27% do PIB (US\$ 18,61 bilhões). Esse dinheiro, se fosse economizado pelo governo (pela antecipação de pagamentos, mudança no sistema de correção do estoque da dívida etc), iria apenas engordar os lucros dos bancos, não representaria crescimento econômico.

Quanto ao corte drástico nos investimentos, Kandir assinala que eles serão, de certo modo, recompensados pela iniciativa privada. Essa recomposição — anuncia — ficará mais clara neste segundo semestre, quando o programa de privatização tiver avançado mais, juntamente com o acordo da dívida externa, a nova política industrial e de comércio exterior. Kandir disse que é um erro imaginar-se que o País vai mergulhar numa profunda depressão. Isso não vai acontecer — ele assegura.



Serra teme pela democracia

Arquivo 18.01.84



Teixeira responde com BTN

Givaldo Barbosa



Pratini quer País produzindo

Arquivo 18.01.84



Gerdau é pela dieta recessiva

Givaldo Barbosa

habitantes — afirma Pratini, não pode parar de crescer, ainda mais se esse país vive graves problemas sociais, como é o caso do Brasil, que precisa urgentemente elevar sua produção e redistribuir melhor a sua renda. Uma recessão somente vai complicar ainda mais esse terrível quadro social brasileiro. Acelito até que se segure o crédito para a indústria. Mas, para a agricultura, é um descalabro. Eu ainda sou daqueles que acham que não se pode baixar preço quando a oferta é pequena. Querem derrubar a inflação? Então vamos produzir, produzir muito, que ela cai. Isso é o que eu penso" — diz Pratini, que também é candidato a deputado federal, pelo Rio Grande do Sul.

APOIO EXTERNO

Mas, para o Brasil produzir muito, para o presidente do Citibank, John Reed, o País vai precisar do apoio internacional. O Brasil, para Reed, precisa do apoio de toda a comunidade financeira para superar suas dificuldades. E ele acredita que tão logo seja formulado um novo acordo da dívida externa, e tão logo o Brasil normalize o seu relacionamento com o mercado internacional, os investimentos diretos estrangeiros vão reaparecer. O crescimento da economia brasileira, diz Reed, certamente será negativo este ano, mas a recuperação, acredita, poderá vir no ano seguinte.

Entretanto, somente o crescimento econômico não basta — diz o senador Mário Covas. É preciso buscar o desenvolvimento, que é o crescimento com distribuição da riqueza, de uma forma mais justa e equânime, coisa que não se vê no atual governo.

Covas chama a atenção, ainda, para um equívoco da política industrial de Collor, que abre o comércio externo, achando que a tecnologia moderna virá sozinha fortalecer o poder de competitividade da indústria brasileira. "Não virá em primeiro lugar, o governo deveria ter criado novas linhas de crédito para a modernização tecnológica, para, em seguida, determinar uma abertura comercial", opina.

Para Covas, falta ainda ao governo definir investimentos prioritários, notadamente, nas áreas de habitação e saneamento básico, e nos setores de grande poder de absorção de mão-de-obra.

O deputado José Serra também acha que se deveria ousar mais na área do investimento prioritário e estratégico, como forma de se evitar a depressão, alertando para o fato de que uma depressão, no Brasil, poderá facilmente provocar um grave retrocesso do projeto político de redemocratização.

ERROS

Fica difícil, contudo, acatar os prognósticos do governo, quando os seus economistas montaram todo um cenário econômico baseado em pelo menos dois dados importantes que não constam da realidade objetiva: uma inflação zero, e uma taxa zero também para o crescimento do PIB.

Esses dados errôneos poderão provocar grandes distorções entre as expectativas do governo e a realidade da economia para 1990. No caso, por exemplo, da arrecadação de impostos, as distorções serão enormes, pois haverá uma acentuada queda de receita tributária tanto em função do ressurgimento da inflação (efeito Tanzer), quanto em função de uma queda no nível da atividade econômica. Se há menos produto e menos renda, naturalmente há menos imposto a pagar.

Com uma menor arrecadação, o governo gastará ainda menos do que o previsto, acentuando mais ainda, para o momento seguinte, a recessão.

O secretário executivo do Ministério da Economia, Eduardo

Teixeira, acha que os efeitos da volta da inflação sobre a arrecadação tributária serão, certamente, segundo ele acredita, neutralizados pela betenização dos impostos, que consiste em se readjustar diariamente, segundo expectativa inflacionária do governo, os impostos a serem recebidos. Teixeira ainda ressalta a sua discordância com os que esperam uma acentuada recessão, apostando na vitalidade da economia do País e no caráter modernizador das políticas de governo que, no final de contas, vão deixar muito mais espaço para a iniciativa privada, espaço este que, acredita, certamente será aproveitado e devidamente ocupado.

OFERTA

Já o presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), o ex-ministro da Indústria e do Comércio, Pratini de Moraes, não há como entender a atual política do governo, no sentido de buscar uma recessão. "Ora, assinala, nós temos uma larga capacidade ociosa na nossa indústria, o que nos permitiria crescer juntamente com um combate à inflação".

"Um País com 146 milhões de